

Hypermarcas S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Hypermarcas S.A. (“Companhia”) com sede localizada em São Paulo-SP, é uma Companhia brasileira de produtos de marcas de saúde e bem-estar, com atuação em dois principais segmentos de negócio, (i) Farma e (ii) Consumo (Beleza e Higiene Pessoal), com um amplo portfólio de marcas tradicionais. Dentre elas, destacam-se: Addera D3, Agecare, Alivium, Apracur, Apraz, Atroveran, Benegrip, Biotônico Fontoura, Calminex, Celastamine, Celestone, Coristina, Digedrat, Diprogenta, Diprosalic, Diprosone, Diprospan, Doralgina, Doril, Engov, Escabin, Epocler, Estomazil, Epidrat, Episol, Fluir, Fluviral, Gastrol, Gelol, Gingilone, Histamin, Lacto-purga, Lisador, Lioram, Lipanon, Maracugina, Massageol, Maxsulid, Melhoral, Merthiolate, Mioflex-A, Miorrelax, Neo Química Genéricos, Neosoro, Polaramine, Predsim, Quadriderm, Rinosoro, Scaflam, Tamarine, Torsilax, Virineo, Adocyl, Affective, Aquamarine, Avanço, Bigfral, Biocolor, Bitufo, Bozzano, Cenoura & Bronze, Contouré, Cremer Disney, Denorex, Éh!, Finn, Fluidgel, Jontex, Leite de Colônia, Lovetex, Lucretin, Maturidade, Monange, Niasi Professional, NY.Looks, Olla, Paixão, Pom Pom, Rastro, Risqué, Sanifill, Sapeka, Silhouette, Summer Radical, Très Marchand, York e Zero-Cal.

A produção de mercadorias é substancialmente realizada nas controladas Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.(Consumo) e Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.(Farma).

No 2º semestre de 2013 foi concluída a transferência do parque fabril de Taboão da Serra-SP para Senador Canedo-GO.

Os principais parques fabris estão localizados em: Anápolis-GO, Senador Canedo-GO, Rio de Janeiro-RJ, Guarulhos-SP, Cabo de Santo Agostinho-PE, Mogi das Cruzes-SP, São Roque-SP, Goiânia-GO, Aparecida de Goiânia-GO.

Os principais centros de distribuição estão localizados em: Anápolis-GO, Goiânia-GO, Duque de Caxias-RJ.

Estrutura societária

Em 16 de abril de 2008, foi deferido, pela CVM, o registro de companhia aberta da Hypermarcas S.A. no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - BMF & BOVESPA para negociação de ações ordinárias de sua emissão. As ações da Companhia são negociadas na BMF & Bovespa sob o código HYPE3.

Em julho de 2009 e em abril de 2010 foram efetuadas distribuições públicas primárias de ações.

Os recursos obtidos com as ofertas tiveram como finalidade principal a aquisição de novas empresas, ativos e marcas, e lançamento de novos produtos.

Desde o início de suas operações, a Companhia realizou diversas transações societárias alinhadas com sua estratégia de ampliação e investimento em um portfólio de marcas e produtos.

As aquisições representaram foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas a obtenção de sinergias na estrutura de vendas, distribuição, operacional e administrativa, bem como no aproveitamento do potencial de expansão não explorado de marcas adormecidas, processo este atualmente em curso. A principal aquisição realizada em 2012 refere-se a participação de 25% do capital da Bionovis - “*Joint Venture*” criada para pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e comercialização de produtos biotecnológicos.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2014.

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

b. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da controladora as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

c. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigindo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

c.1. Exigências futuras que podem impactar as demonstrações financeiras da Companhia

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que são relevantes para a Companhia estão relacionadas abaixo:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Alteração ao IAS 32 - “Instrumentos Financeiros: Apresentação”, sobre compensação de ativos e passivos	Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.	1º de janeiro de 2014
IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”	<p>O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i>.</p> <p>O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma</p>	1º de janeiro de 2015

d. Operações descontinuadas (CPC 31)

As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram baixados ou classificados como mantido para venda são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia:

Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas e os ganhos e

perdas resultantes das baixas de ativos mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica “Resultado de Operações Descontinuadas”, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na Nota 14.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 15). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia não possui investimentos em coligadas, porém possui investimento em *Joint Venture* que não é consolidado, mas avaliado pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 36(R3).

Transações entre a companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos).

2.4. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Presidência (CEO).

2.5. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual

a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais - R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores, títulos a pagar, clientes e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.7. Instrumentos financeiros não derivativos

2.7.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. Não existem instrumentos financeiros classificados como disponível para a venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

b. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento,

tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

d. *Outros passivos financeiros*

A companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

2.7.2 *Reconhecimento e mensuração*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial estes passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Para os passivos financeiros a Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um passivo financeiro ocorre quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

2.7.3 *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4 *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro, já que tais instrumentos financeiros não são designados como um instrumento de *hedge*, ou seja, embora a Companhia faça uso de derivativo com objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (“*hedge accounting*”).

2.9. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.10. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.11. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

2.12. Intangíveis

a. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Intangível” no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na

data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As marcas são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados na extensão do prazo contratual.

c. *Softwares*

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d. *Pesquisas e desenvolvimento de produtos*

Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

2.13. *Imobilizado*

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	30-50
Máquinas e equipamentos	26-28
Veículos	9-10
Móveis e utensílios	17-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.14).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras despesas/receitas operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

2.14. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.15. *Contas a pagar aos fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Empréstimos e financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando houver evidência da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros compostos (os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido) emitidos pela Companhia compreendem debêntures com bônus de subscrição que podem ser convertidas em capital social à opção do titular, sendo que o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível.

O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17. Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros, são contabilizados aos seus valores presentes conforme CPC 12.

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para

contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.19. Benefícios a empregados

a. Remuneração com base em ações

A Companhia opera uma série de planos de remuneração com base em opções (*Stock Option*) liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços recebidos do empregado em troca da outorga de opções é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.20. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

a. Ações em tesouraria

A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos efeitos tributários), deduzido do

patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. Os ganhos ou perdas resultantes das transações são apresentados como reserva de capital.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas controladas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita com venda de produtos e mercadorias

As vendas dos produtos e mercadorias são reconhecidas quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são substancialmente transferidos ao comprador, as disposições de aceitação tenham sido acordadas e o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda e não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.22. Arrendamentos

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas nos contratos ou vida útil dos dois o menor.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos destes arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.23. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Lucro por ação).

2.24. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.25. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Julgamentos contábeis críticos

Vida útil das marcas

Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequado. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização.

Instrumento financeiro composto

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia efetuou operação de Debêntures com bônus de subscrição atrelado, com opção de conversão em quantidades fixas de ações ordinárias (18.656.650 ações). Considerando as características de instrumento financeiro composto, conforme orientações do CPC 39 (Instrumentos Financeiros - Apresentação), a Companhia utilizou como premissa taxas de juros aplicáveis a títulos sem a opção de conversão atrelada para avaliar o valor justo do componente de patrimônio do referido instrumento, conforme descrito na Nota 19(c).

3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo.

a. *Perda (impairment) estimada em ágio e marcas e patentes*

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio e de marcas e patente, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

b. *Alocação de valor justo nas combinações de negócios*

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens em que considera necessário a contratação de peritos externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

c. *Vida útil de ativos imobilizados*

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. (Nota 16).

d. *Realização de tributos diferidos*

A realização dos créditos de imposto de renda diferidos é avaliada a partir de estudos técnicos aprovados pelo Conselho de Administração e considera o planejamento orçamentário para um período de 10 anos.

e. *Valores justos de derivativos e programa de opção de ações (Stock Options)*

As estimativas de valor justo de instrumentos derivativos e das opções de ações são baseadas em modelos consolidados no mercado, conforme divulgado nas Nota 27 (c) (para as opções) e Nota 4.1 (f) (Derivativos) e tais modelos vem sendo aplicados de maneira uniforme ao longo dos períodos apresentados.

4 Gestão do risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa, risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos

riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

a. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Ativo				
Contas a receber	(91)	(215)	(72)	(148)
Outros ativos	(31.001)	(73.169)	-	-
Passivo				
Fornecedores	85.974	202.916	84.949	173.613
Empréstimos e financiamentos	514.959	1.215.407	860.729	1.758.900
Títulos a pagar	13.777	32.517	63.370	129.497
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(588.732)	(1.389.525)	(236.213)	(466.159)
Exposição líquida	(5.114)	(12.069)	772.763	1.595.703

b. Risco de volatilidade no preço das ações

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2013 investimentos em ações no montante de R\$ 3.328 (em 31 de dezembro de 2012 R\$ 9.056). No entanto estes investimentos não trazem risco de variação de preços das ações para a Companhia uma vez que tais ações estão vinculadas e referem-se a uma garantia relacionada a um passivo da Companhia referente à aquisição de marcas NY Looks (Nota 23 - Títulos a pagar).

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos, debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos à taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos.

No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TJLP e IPCA:

	31 de dezembro de 2013	
	Controladora	Consolidado
Empréstimo financiamentos e Swaps CDI	349.998	349.998
Financiamento TJLP	16.972	39.696
Debêntures CDI	1.149.601	1.149.601
Debêntures IPCA	806.595	806.595
Títulos a Pagar CDI	88.271	88.271
Aplicações financeiras (Nota 9)	(398.767)	(1.140.356)
Exposição líquida	<u>2.012.670</u>	<u>1.293.805</u>

d. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 8 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros).

e. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado - 2013				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	495.128	1.357.110	1.212.028	-	3.064.266
Empréstimos e financiamentos	348.423	103.752	442.069	1.010.400	1.904.644
Títulos a pagar	124.366	36.815	9.260	-	170.441
Fornecedores	500.000	-	-	-	500.000
Outras contas a pagar	-	144.922	-	-	144.922
Instrumentos financeiros derivativos	(2.553)	(15.295)	25.886	-	8.038
	<u>1.465.364</u>	<u>1.627.304</u>	<u>1.689.243</u>	<u>1.010.400</u>	<u>5.792.311</u>

	Consolidado - 2012				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	243.014	621.245	1.631.530	99.104	2.594.893
Empréstimos e financiamentos	165.945	361.327	363.797	1.935.944	2.827.013
Títulos a pagar	359.887	117.852	43.779	-	521.518
Fornecedores	465.726	-	-	-	465.726
Outras contas a pagar	-	97.532	-	-	97.532
Instrumentos financeiros derivativos	3.178	(30.022)	-	-	(26.844)
	<u>1.237.750</u>	<u>1.167.934</u>	<u>2.039.106</u>	<u>2.035.048</u>	<u>6.479.838</u>

f. Derivativos

No ano de 2013 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real), Swap Cambial e Swap de Taxa de Juros (Pré- Fixado x Pós-Fixado).

As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de Empréstimos e financiamentos e Títulos a pagar. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade a seguir).

Em 31 de dezembro de 2013, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$1.539.525 (Em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 466.159) no consolidado e R\$ 1.426.847 (Em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 466.159) na controladora. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$ 1.983 (Em 31 de dezembro de 2012 ganhos de R\$ 24.604) no consolidado e perdas no valor de R\$ 6.442 (Em 31 de dezembro de 2012 ganhos de R\$ 24.604) na controladora.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Controladora

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
(em R\$ milhares)		dez/13	dez/12	dez/13	dez/12	dez/13	dez/12
Moeda Estrangeira							
Contratos a termo		1.076.683	259.220	(5.407)	7.616	48.249	22.546
Posição comprada	Merrill Lynch, DB, HSBC, JP Morgan, Itaú, Santander, Bradesco, BTG Pactual, Pine, Votorantim, Morgan Stanley	1.077.259	259.220	(5.372)	7.616	48.591	22.546
Posição vendida	JP Morgan	(576)	-	(35)	-	(342)	-
Contratos de Swap		200.164	206.939	(76)	16.988	37.657	(24.507)
Posição comprada	Citibank, Itaú	200.164	206.939	(76)	16.988	37.657	(24.507)
Subtotal			466.159	(5.483)	24.604	85.906	(1.961)

		1.276.847					
Taxa de Juros							
Contratos de Swap		150.000	-	(959)	-	-	248
Posição Ativa-Pré	BTG Pactual, Santander	150.000	-	(959)	-	-	248
Total		1.426.847	466.159	(6.442)	24.604	85.906	(1.713)

Consolidado

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
(em R\$ milhares)		dez/13	dez/12	dez/13	dez/12	dez/13	dez/12
<u>Moeda Estrangeira</u>							
Contratos a termo		1.189.361	259.220	(948)	7.616	55.982	22.546
Posição comprada	Merrill Lynch, DB, HSBC, JP Morgan, Itaú, Santander, Bradesco, BTG Pactual, Pine, Votorantim, Morgan Stanley	1.191.653	259.220	(810)	7.616	56.528	22.546
Posição vendida	JP Morgan	(2.292)	-	(138)	-	(546)	-
Contratos de Swap		200.164	206.939	(76)	16.988	37.657	(24.507)
Posição comprada	Citibank, Itaú	200.164	206.939	(76)	16.988	37.657	(24.507)
Subtotal		1.389.525	466.159	(1.024)	24.604	93.639	(1.961)
<u>Taxa de Juros</u>							
Contratos de Swap		150.000	-	(959)	-	-	248
Posição Ativa-Pré	BTG Pactual, Santander	150.000	-	(959)	-	-	248
Total		1.539.525	466.159	(1.983)	24.604	93.639	(1.713)

Os contratos acima relacionados têm datas de vencimento em:

Vencimento	Valor Futuro	
Moeda Estrangeira - USD	dez/13	Taxa
jan/14	22.665	2,156
fev/14	974.121	2,248
mar/14	14.323	2,455
abr/14	41.352	2,289
mai/14	16.539	2,312
jun/14	22.142	2,407
jul/14	18.502	2,471
ago/14	13.634	2,476
set/14	7.821	2,408
out/14	39.785	2,445
nov/14	692	2,507
dez/14	37.394	2,571
jan/17	262.905	3,100
	1.471.875	2,424

Vencimento		
Taxa de juros	dez/13	Tx Passiva % CDI
Abr/14	1.109	98,1%
Out/14	512	98,1%
Abr/15	(7)	98,1%
Out/15	(578)	98,1%
Abr/16	(572)	98,1%
Out/16	(537)	98,1%
Abr/17	(360)	98,1%
Out/17	(313)	98,1%
Abr/18	(128)	98,1%
Out/18	(85)	98,1%
Total	(959)	98,1%

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

- Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.
- Swaps - são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.

h. Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 9,01% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar norte-americano, respectivamente (cenários II e III).

	Consolidado					
Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
<i>(em R\$ milhares)</i>			25% de oscilação		50% de oscilação	
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar	2,148	2,573	1,770	2,950	1,180	3,540
Moeda Estrangeira						
Hedge econômico	(125.908)	125.908	(351.099)	351.099	(703.146)	703.146
Contratos a termo	(107.876)	107.876	(301.058)	301.058	(603.064)	603.064
Swap	(18.032)	18.032	(50.041)	50.041	(100.082)	100.082
Objeto do hedge econômico	125.174	(125.174)	347.381	(347.381)	694.763	(694.763)
Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos à variação cambial de curto prazo	125.174	(125.174)	347.381	(347.381)	694.763	(694.763)
Efeito líquido	(734)	734	(3.718)	3.718	(8.383)	8.383
Outros passivos	6.643	6.643	18.434	18.434	36.869	36.869

Outros Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos à variação cambial	6.643	6.643	18.434	18.434	36.869	36.869
---	-------	-------	--------	--------	--------	--------

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos empréstimos, financiamentos, debêntures, e títulos a pagar no primeiro trimestre de 2014.

Controladora

Cenários de variação	Cenário Provável *	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	1.148	1.435	1.722
Debêntures CDI	3.770	4.713	5.655
Debêntures IPCA	(500)	(625)	(750)
Títulos a Pagar CDI	289	362	434
Aplicações Financeiras	(1.308)	(1.635)	(1.962)
Total do efeito perda (ganho)	3.399	4.250	5.099

*** Premissas Cenário Provável**

CDI previsto 10,13%
IPCA acumulado de 1,98%
TJLP prevista 5,00%

Consolidado

Cenários de variação	Cenário Provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	1.148	1.435	1.722
Debêntures CDI	3.770	4.713	5.655
Debêntures IPCA	(500)	(625)	(750)
Títulos a Pagar CDI	289	362	434
Aplicações Financeiras	(3.740)	(4.675)	(5.610)
Total do efeito perda (ganho)	967	1.210	1.451

*** Premissas Cenário Provável**

CDI previsto 10,13%
IPCA acumulado de 1,98%
TJLP prevista 5,00%

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2013	2012
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 19)	3.908.852	3.959.950
Total de Títulos a pagar (Nota 23)	167.367	477.703
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	(1.158.833)	(1.736.402)
Dívida líquida	2.917.386	2.701.251
Total do patrimônio líquido	7.078.577	6.868.366
Total do capital	9.995.963	9.569.617
Índice de alavancagem financeira - %	29%	28%

6 Estimativa do valor justo (Consolidado)

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 19).

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Aplicações financeiras (Nota 9)	-	1.140.356	-	1.140.356
Instrumentos financeiros derivativos	-	39.914	-	39.914
Total do ativo	-	1.180.270	-	1.180.270

Passivos				
Empréstimos e financiamentos demonstrados ao valor justo (Nota 19)	807.255	3.017.013		3.824.268
Instrumentos financeiros derivativos		41.897	-	41.897
Total do passivo	807.255	3.058.910	-	3.866.165

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Aplicações financeiras (Nota 9)	-	1.727.709	-	1.727.709
Instrumentos financeiros derivativos	-	35.746	-	35.746
Total do ativo	-	1.763.455	-	1.763.455
Passivos				
Empréstimos e financiamentos demonstrados ao valor justo (Nota 19)	1.795.693	2.375.564	-	4.171.257
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.142	-	11.142
Total do passivo	1.795.693	2.386.706	-	4.182.399

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade.

7 Instrumentos financeiros por categoria (Consolidado)

	31 de dezembro de 2013		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de Clientes (Nota 10)	1.229.329	-	1.229.329
Aplicações financeiras (Nota 9)	-	1.140.356	1.140.356
Caixa e equivalentes de Caixa (Nota 9)	18.477	-	18.477
Instrumentos financeiros derivativos	-	39.914	39.914
	1.247.806	1.180.270	2.428.076

	31 de dezembro de 2013		
	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	-	3.908.852	3.908.852
Fornecedores (Nota 18)	-	500.000	500.000
Instrumentos financeiros derivativos	41.897	-	41.897
	<u>41.897</u>	<u>4.408.852</u>	<u>4.450.749</u>

	31 de dezembro de 2012		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de Clientes (Nota 10)	1.209.054	-	1.209.054
Aplicações financeiras (Nota 9)	-	1.727.709	1.727.709
Caixa e equivalentes de Caixa (Nota 9)	8.693	-	8.693
Instrumentos financeiros derivativos	-	35.746	35.746
	<u>1.217.747</u>	<u>1.763.455</u>	<u>2.981.202</u>

	31 de dezembro de 2012		
	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	-	3.959.950	3.959.950
Fornecedores (Nota 18)	-	465.726	465.726
Instrumentos financeiros derivativos	11.142	-	11.142
	<u>11.142</u>	<u>4.425.676</u>	<u>4.436.818</u>

Com exceção dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras - Nota 9 e instrumentos derivativos - Nota 4.1 (f)), os demais ativos financeiros são classificados como “Empréstimos e recebíveis” e os passivos como “Outros passivos financeiros”.

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)				
AAA	416.269	727.215	1.158.374	1.736.188
AA	-	-	12	-
A+	3	-	11	-
BBB+	-	24	-	24
	<u>416.272</u>	<u>727.239</u>	<u>1.158.397</u>	<u>1.736.212</u>

O saldo residual do item “caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros derivativos				
AAA	33.765	24.604	36.646	24.604
AA	197	-	286	-
AA-	834	-	1.601	-
A+	143	-	1.126	-
A	13	-	225	-
NA	-	-	30	-
	<u>34.952</u>	<u>24.604</u>	<u>39.914</u>	<u>24.604</u>

(*) Fonte: agências de risco Moody's, Standard & Poor's ou Fitch, em escala local.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Contas a receber de clientes - A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações públicas e de instituições de análise de crédito (Serasa, CISP e Credinfar). Os limites de riscos individuais são determinados com base em monitorações internas e regulares.

Parte significativa das vendas da Companhia é realizada para distribuidores, grandes redes varejistas e supermercados com uma rede de distribuição pulverizada no território nacional o que mitiga o risco de crédito consolidado da Companhia. Adicionalmente, a área de análise de

crédito utiliza os controles anteriormente referidos para acompanhamento e avaliação constantes da carteira da Companhia. Historicamente, não há registro de perdas relevantes no contas a receber da Companhia. Vide detalhes sobre a análise de vencimentos na Nota 10.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	<u>17.867</u>	<u>10.854</u>	<u>18.477</u>	<u>8.693</u>
Aplicações financeiras:				
Operações compromissadas	<u>398.767</u>	<u>188.787</u>	<u>754.383</u>	<u>726.177</u>
CDBs	<u>-</u>	<u>527.715</u>	<u>385.973</u>	<u>1.001.532</u>
	<u>398.767</u>	<u>716.502</u>	<u>1.140.356</u>	<u>1.727.709</u>
	<u>416.634</u>	<u>727.356</u>	<u>1.158.833</u>	<u>1.736.402</u>

As operações compromissadas têm rendimento entre 75% e 104% (em 31 de dezembro de 2012 entre 99,5% e 104%) da variação do CDI com média ponderada de 101,3% (em 31 de dezembro de 2012 - 101,8%). Os CDBs têm rendimento entre 96,5% e 101,8% (em 31 de dezembro de 2012 entre 96,5% e 101,7%) variação do CDI com média ponderada de 101,6% (em 31 de dezembro de 2012 - 101,2%).

10 Contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Clientes no país/exterior	<u>1.304.095</u>	<u>1.299.656</u>	<u>1.305.470</u>	<u>1.291.026</u>
Clientes - Partes relacionadas (Nota 33(a))	<u>1.931</u>	<u>710</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.306.026</u>	<u>1.300.366</u>	<u>1.305.470</u>	<u>1.291.026</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(74.811)</u>	<u>(78.533)</u>	<u>(76.141)</u>	<u>(81.972)</u>
	<u>1.231.215</u>	<u>1.221.833</u>	<u>1.229.329</u>	<u>1.209.054</u>

Os valores justos das contas a receber de clientes aproximam-se dos valores contábeis acima por serem todos valores de realização no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber de clientes no país/exterior no valor de R\$ 50.897 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 115.093) no consolidado encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber de

clientes no país/exterior no valor de R\$ 51.074 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 110.530) na controladora estavam vencidas mas não *impaired*. Elas relacionam-se com clientes para as quais não há histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Até três meses	50.817	98.599	50.836	99.138
Acima de três meses	257	11.931	61	15.955
	<u>51.074</u>	<u>110.530</u>	<u>50.897</u>	<u>115.093</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas e marketing”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A companhia mantém determinados títulos como garantia, conforme descrito na nota 19(a).

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produto acabado e revenda	215.319	207.332	255.953	198.098
Produto semi-acabado	23.798	8.010	43.300	27.019
Matéria-prima	42.929	45.418	269.407	198.594
Manutenção e suprimentos	8.464	8.178	22.611	15.068
	<u>290.510</u>	<u>268.938</u>	<u>591.271</u>	<u>438.779</u>

O saldo dos estoques está sendo apresentado líquido da provisão para perdas, no valor de R\$ 105.111 (consolidado) e de R\$ 67.643 (controladora) em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 130.031 (consolidado) e de R\$ 80.053 (controladora) em 31 de dezembro de 2012.

A contrapartida desta provisão foi incluída em “outras despesas operacionais”.

12 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
PIS/COFINS/IPI e outros (i)	254.635	168.442	283.784	201.306
ICMS (saldo credor e substituição tributária)	162.315	180.364	227.533	218.496
IRPJ e CSLL a recuperar	110.500	128.867	132.285	132.097
	<u>527.450</u>	<u>477.673</u>	<u>643.602</u>	<u>551.899</u>

Circulante	471.956	414.928	561.972	473.897
Não circulante	55.494	62.745	81.630	78.002

(i) Em dezembro de 2012 os valores de R\$ 53.473(controladora) e R\$ 54.640(consolidado) referentes a IRRF sobre aplicação financeira foram reclassificados para IRPJ e CSLL a recuperar, e os valores de R\$ 14.961(controladora) e R\$ 16.240 (consolidado) referentes a ICMS foram reclassificados para ICMS (saldo credor e substituição tributária).

13 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas antecipadas	100.709	25.266	109.969	25.438
Títulos a receber (*)	85.763	16.789	85.763	16.789
Depósitos judiciais	56.028	54.050	59.639	57.407
Adiantamentos e outros	50.082	82.044	63.471	126.031
Ganhos nas operações de derivativos	34.953	35.747	39.914	35.746
	<u>327.535</u>	<u>213.896</u>	<u>358.756</u>	<u>261.411</u>
Circulante	206.448	109.972	232.788	153.557
Não circulante	<u>121.087</u>	<u>103.924</u>	<u>125.968</u>	<u>107.854</u>

(*) Em 2013 estes valores referem-se substancialmente à alienação de ativos a MSD Brasil Investimentos BV.

14 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

a. Ativos não circulantes mantidos para venda

	Consolidado	
	2013	2012
Imóveis na Argentina	<u>10.785</u>	<u>10.785</u>

b. Análise do resultado de Operações Descontinuadas

	Consolidado					
	2013			2012		
	Operação descontinuada (b)	Ganhos de Capital / Impairment	Total operação descontinuada	Operação descontinuada (b)	Ganhos de capital / Impairment	Total operação descontinuada
Receitas líquidas de vendas	147	-	147	172.455	-	172.455
Custos dos produtos vendidos	-	-	-	(165.901)	-	(165.901)

Lucro bruto	147	-	147	6.554	-	6.554
Despesas/Receitas	2.816	-	2.816	(28.419)	-	(28.419)
Ganho de capital					(703)	(703)
Impairment (a)	-	(4.054)	(4.054)	-	(9.257)	(9.257)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	2.963	(4.054)	(1.091)	(21.865)	(9.960)	(31.825)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.963	(4.054)	(1.091)	(21.865)	(9.960)	(31.825)
Imposto de renda e contribuição social	(1.007)	-	(1.007)	7.435	238	7.673
Resultado líquido de operações descontinuadas	1.956	(4.054)	(2.098)	(14.430)	(9.722)	(24.152)

(a) Refere-se ao investimento Serenity (Argentina).

(b) Refere-se a valores residuais provenientes da alienação dos negócios de alimentos e higiene e limpeza ocorridos em 2011 e seus respectivos processos de transição previstos em contrato.

(b.1) Conciliação das operações continuadas e descontinuadas

Abaixo, o demonstrativo da conciliação das demonstrações de resultado continuado e descontinuado com as demonstrações originais.

	Consolidado					
	2013			2012		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Receitas líquidas de vendas	4.258.740	147	4.258.887	3.873.683	172.455	4.046.138
Custos dos produtos vendidos	(1.509.888)	-	(1.509.888)	(1.464.570)	(165.901)	(1.630.471)
Lucro bruto	2.748.852	147	2.748.999	2.409.113	6.554	2.415.667
Despesas	(1.852.296)	2.816	(1.849.480)	(1.638.528)	(28.419)	(1.666.947)
Ganho de capital					(703)	(703)
Impairment	-	(4.054)	(4.054)	-	(9.257)	(9.257)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	896.556	(1.091)	895.465	770.585	(31.825)	738.760
Despesas/Receitas financeiras	(582.655)	-	(582.655)	(424.872)	-	(424.872)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	313.901	(1.091)	312.810	345.713	(31.825)	313.888
Imposto de renda e contribuição social	(55.081)	(1.007)	(56.088)	(117.648)	7.673	(109.975)
Resultado líquido do exercício	258.820	(2.098)	256.722	228.065	(24.152)	203.913

15 Investimentos

Os investimentos mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

Empresa	País	Negócio	Participações diretas nas ações/quotas
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	Brasil	Consumo	100%
My Agência de Propaganda Ltda.	Brasil	Agência de publicidade	100%
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	Brasil	Farma	100%
Bionovis S.A.	Brasil	Joint Venture	25%
Street Distribuidora de Medicamentos e Cosméticos S.A.	Brasil	Farma	100%

Movimentação dos investimentos

	IPH&C (ii)		Brainfarma	Cosmed		My	Bionovis (iii)	Braga Holding (iv)	Street	Total
	Custo	Ágio	Custo	Custo	Ágio	Custo	Custo	Custo	Custo	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	7.016	16.003	340.570	194.705	48.085	(101)	-	-	-	606.278
Integralização/Aquisição	-	-	186.169	934.760	-	-	2.500	-	-	1.123.429
Transferência	(4.666)	(16.003)	-	20.669	-	-	-	15.223	-	15.223
Equivalência patrimonial	(2.350)	-	(9.175)	(58.409)	-	(2.817)	(520)	-	-	(73.271)
Stock Option	-	-	2.138	1.001	-	31	-	-	-	3.170
Reclassificação de valor justo (i)	-	-	(4.646)	-	-	-	-	-	-	(4.646)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	515.056	1.092.726	48.085	(2.887)	1.980	15.223	-	1.670.183
Integralização de capital	-	-	-	-	-	10.000	-	-	385	10.385
Alienação	-	-	-	-	-	-	-	(15.223)	-	(15.223)
Equivalência patrimonial	-	-	34.483	21.612	-	(3.644)	(1.357)	-	(249)	50.845
Dividendos Propostos	-	-	(7.697)	-	-	-	-	-	-	(7.697)
Stock Option	-	-	1.111	716	-	23	-	-	-	1.850
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-	542.953	1.115.054	48.085	3.492	623	-	136	1.710.343

- (i) Estes valores referem-se a alocação de valor justo nas combinações de negócios, substancialmente marcas, estoques e imobilizado. Nas empresas não incorporadas a contrapartida é na linha de investimentos na controladora.
- (ii) A IPH&C foi incorporada pela Cosmed em dezembro de 2012. O valor relativo ao Ágio foi reclassificado na controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. para o intangível, da mesma forma como é demonstrado no consolidado.
- (iii) Bionovis S.A. - Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica - Integralização de capital social em 2 de abril de 2012, referente a participação de 25%. O negócio ("Joint Venture") consiste em pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e comercialização de produtos biotecnológicos.
- (iv) Braga Holding S.A. – Foi constituída em decorrência de cisão parcial da Hypermarcas, sendo subsidiária integral desta. A Braga Holding foi alienada em fevereiro de 2013.

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas diretas, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

2013	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	Lucro (Prejuízo) Ajustado (*)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.542.256	428.548	1.118.173	12.734	21.612
My Agência de Propaganda Ltda.	4.434	942	1.800	(3.643)	(3.643)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	886.917	340.367	593.934	38.001	34.483
Street Distribuidora de Medicamentos e Cosméticos S.A.	136	-	-	(249)	(249)
2012	Ativo	Passivo	Receita	Prejuízo	Prejuízo Ajustado (*)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.476.191	375.934	1.188.604	(55.137)	(58.409)
My Agência de Propaganda Ltda.	2.235	5.121	1.800	(2.817)	(2.817)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	783.234	269.113	486.870	(5.594)	(9.175)
Braga Holding S.A.	17.325	2.101	-	-	-
IPH&C Indústria de Produtos de Higiene e Cosméticos Ltda.	-	-	31.035	(2.708)	(2.350)

(*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do período ajustado substancialmente pelas eliminações de lucros nos estoques.

a. Equivalência patrimonial

	Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2013	Participação %	Equivalência patrimonial de operações continuadas de 31 de dezembro de 2013	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2013	Equivalência patrimonial de operações continuadas de 31 de dezembro de 2012	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2012
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (i)	1.115.054	100%	21.612	1.115.054	(58.409)	1.092.726
My Agência de Propaganda Ltda. (ii)	3.492	100%	(3.644)	3.492	(2.817)	(2.887)
IPH&C Indústria de Produtos de Higiene e Cosméticos Ltda. (iii)	-	100%	-	-	(2.350)	-
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (iv)	542.953	100%	34.483	542.953	(9.175)	515.056
Bionovis S.A. (v)	2.492	25%	(1.357)	623	(520)	1.980
Braga Holding S.A.	-	100%	-	-	-	15.223
Street Distribuidora de Medicamentos e Cosméticos S.A. (vi)	136	100%	(249)	136	-	-
			<u>50.845</u>	<u>1.662.258</u>	<u>(73.271)</u>	<u>1.622.098</u>
Ágio de empresas não incorporadas			-	48.085	-	48.085
			<u>50.845</u>	<u>1.710.343</u>	<u>(73.271)</u>	<u>1.670.183</u>

- (i) A Hypermarcas é detentora de 1.543.063.439 ações ordinárias da sua controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.
- (ii) A Hypermarcas é detentora de 10.009.999 quotas da sua controlada My Agência de Propaganda Ltda., do total de 10.010.000 quotas.
- (iii) A controlada IPH&C Indústria de Produtos de Higiene e Cosméticos Ltda. foi incorporada em dezembro de 2012 pela subsidiária Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.
- (iv) A Hypermarcas é detentora de 175.186.150 ações ordinárias da sua controlada Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.
- (v) A Hypermarcas é detentora de 2.500.000 ações ordinárias da Bionovis S.A.
- (vi) A Hypermarcas é detentora de 950.100 ações ordinárias da Street Distribuidora de Medicamentos e Cosméticos S.A.

16 Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas vasilhames e outros	Total em operação	Imobilização em andamento (iii)	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	78.216	197.110	369.639	7.764	16.002	10.624	679.355	50.050	729.405
Cisão (i)	(838)	(9.153)	(17.961)	23	(221)	-	(28.150)	(2.298)	(30.448)
Drop down (ii)	(876)	(13.374)	(31.072)	(4)	(775)	(998)	(47.099)	(4.331)	(51.430)
Adições	-	191	25.627	53	1.534	2.577	29.982	40.350	70.332
Alienação	(2.806)	(813)	(4.540)	(111)	(313)	(316)	(8.899)	(140)	(9.039)
Alocação de preço aquisição (PPA)	(1.487)	(7.835)	(666)	-	(45)	-	(10.033)	-	(10.033)
Transferência	-	13.132	1.642	65	(2)	335	15.172	(15.160)	12
Depreciação	-	(8.496)	(24.002)	(1.717)	(1.620)	(2.596)	(38.431)	-	(38.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	72.209	170.762	318.667	6.073	14.560	9.626	591.897	68.471	660.368
Custo total	72.209	245.684	564.436	13.662	25.749	14.925	936.665	68.471	1.005.136
Depreciação acumulada	-	(74.922)	(245.769)	(7.589)	(11.189)	(5.299)	(344.768)	-	(344.768)
Valor residual	72.209	170.762	318.667	6.073	14.560	9.626	591.897	68.471	660.368
Cisão (i)	-	-	(1.278)	-	-	-	(1.278)	-	(1.278)
Adições	-	3.041	14.340	149	6.300	1.463	25.293	72.997	98.290
Alienação	-	-	(1.374)	(661)	(184)	(7)	(2.226)	-	(2.226)
Transferência	-	11.228	45.527	(9)	236	147	57.129	(61.897)	(4.768)
Impairment	89	2.234	1.250	1.389	135	(941)	4.156	(2.103)	2.053
Depreciação	-	(8.845)	(22.964)	(1.525)	(1.609)	(2.589)	(37.532)	-	(37.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	72.298	178.420	354.168	5.416	19.438	7.699	637.439	77.468	714.907
Custo total	72.298	264.838	626.686	12.471	31.453	16.589	1.024.335	77.468	1.101.803
Depreciação acumulada	-	(86.418)	(272.518)	(7.055)	(12.015)	(8.890)	(386.896)	-	(386.896)
Valor residual	72.298	178.420	354.168	5.416	19.438	7.699	637.439	77.468	714.907

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas vasilhames e outros	Arrendamento mercantil	Total em operação	Imobilização em andamento (iii)	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	85.436	322.834	619.989	9.281	27.132	24.076	1.144	1.089.892	168.772	1.258.664
Adições	2.279	243	70.588	54	2.611	6.940	-	82.715	154.854	237.569
Alienação	(2.806)	(813)	(12.276)	(111)	(461)	(449)	-	(16.916)	(140)	(17.056)
Alocação de preço aquisição (PPA)	(1.487)	(7.835)	-	-	-	-	-	(9.322)	-	(9.322)
Baixa	-	(130)	(26.406)	-	(2.423)	(868)	-	(29.827)	-	(29.827)
Transferência	(270)	55.420	14.296	209	176	1.335	(66)	71.100	(71.365)	(265)
Depreciação	-	(12.754)	(39.126)	(1.970)	(2.498)	(6.444)	-	(62.792)	-	(62.792)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	83.152	356.965	627.065	7.463	24.537	24.590	1.078	1.124.850	252.121	1.376.971
Custo total	83.152	451.509	1.054.039	16.843	48.218	45.992	1.078	1.700.831	252.121	1.952.952
Depreciação acumulada	-	(94.544)	(426.974)	(9.380)	(23.681)	(21.402)	-	(575.981)	-	(575.981)
Valor residual	83.152	356.965	627.065	7.463	24.537	24.590	1.078	1.124.850	252.121	1.376.971
Adições	308	3.046	53.873	149	7.840	7.591	-	72.807	166.856	239.663
Alienação	(1.449)	(9.153)	(15.669)	(672)	(260)	(51)	-	(27.254)	(1.667)	(28.921)
Transferência	(1.722)	93.920	174.415	(9)	268	372	(844)	266.400	(271.528)	(5.128)
Impairment	752	2.209	6.186	1.019	1.112	15	-	11.293	(2.103)	9.190
Depreciação	-	(14.971)	(43.428)	(1.788)	(2.586)	(7.243)	-	(70.016)	-	(70.016)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	81.041	432.016	802.442	6.162	30.911	25.274	234	1.378.080	143.679	1.521.759
Custo total	81.041	546.842	1.228.366	15.570	53.939	57.508	234	1.983.500	143.679	2.127.179
Depreciação acumulada	-	(114.826)	(425.924)	(9.408)	(23.028)	(32.234)	-	(605.420)	-	(605.420)
Valor residual	81.041	432.016	802.442	6.162	30.911	25.274	234	1.378.080	143.679	1.521.759

- (i) Cisão - versão de parcela de patrimônio da Hypermarcas com posterior incorporação de ações.
- (ii) Drop down - aumento de capital em subsidiárias com a conferência de ativos.
- (iii) Substancialmente CD Goiânia e fábrica de Senador Canedo - GO.

17 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ágio em empresa não incorporada				
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	-	48.085	48.085
Ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas				
Active Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal e Cosméticos S.A.	-	-	10.992	10.992
IPH&C Indústria de Produtos de Higiene e Cosméticos Ltda.	-	-	16.003	16.003
Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A.	1.798.470	1.798.470	1.798.470	1.798.470
Mabesa do Brasil S.A.	353.146	353.146	353.146	353.146
Luper Indústria Farmacêutica Ltda.	45.917	45.917	45.917	45.917
Sapeka Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis S.A.	413.775	413.775	413.775	413.775
Versoix Participações Ltda.	150.059	150.059	150.059	150.059
York S.A Indústria e Comércio Ltda.	62.061	57.001	62.061	57.001
Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda.	39.011	39.011	39.011	39.011
DPH Distribuidora de produtos de Higiene Ltda.	28.267	28.267	28.267	28.267
Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.	967.154	965.820	967.154	965.820
DM Indústria Farmacêutica Ltda.	743.029	743.029	743.029	743.029
Farmasa - Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.	666.808	666.808	666.808	666.808
Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda.	267.928	269.263	267.928	269.263
Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.	275.535	275.535	275.535	275.535
Inal – Indústria Nacional do Látex S.A.	156.260	156.260	156.260	156.260
Ceil Comércio e Distribuidora Ltda.	148.887	148.887	148.887	148.887
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	33.955	33.955	33.955	33.955
Finn Administradora de Marcas Ltda.	17.857	17.857	17.857	17.857
Éh Cosméticos S.A.	15.860	15.860	15.860	15.860
	<u>6.183.979</u>	<u>6.178.920</u>	<u>6.259.059</u>	<u>6.254.000</u>
Direitos de uso	<u>16.149</u>	<u>17.972</u>	<u>17.869</u>	<u>19.553</u>
Marcas e patentes	<u>585.954</u>	<u>594.028</u>	<u>586.276</u>	<u>595.004</u>
Softwares	<u>4.396</u>	<u>6.911</u>	<u>5.468</u>	<u>7.787</u>
Desenvolvimento de produtos	<u>5.317</u>	<u>4.766</u>	<u>80.493</u>	<u>75.422</u>
	<u><u>6.795.795</u></u>	<u><u>6.802.597</u></u>	<u><u>6.949.165</u></u>	<u><u>6.951.766</u></u>

Os ágios são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e se baseiam, principalmente, em rentabilidade futura que está suportada por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês). Para as aquisições ocorridas a partir de 2009, foram efetuadas as alocações da contraprestação transferida para determinados ativos adquiridos nos negócios (estoques, imobilizado, marcas, dentre outros).

Movimentação dos saldos

Controladora

	Direitos de uso (i)	Marcas e patentes (ii)	Softwares	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	19.363	575.352	10.325	4.188	6.169.598	6.778.826
Cisão (iii)	(40)	(483)	-	-	-	(523)
Drop down (iv)	(42)	(188)	(2)	-	-	(232)
Adições	5.805	33.945	392	1.496	-	41.638
Alienação	-	-	-	(363)	-	(363)
Alocação de preço (PPA)	-	-	-	-	9.322	9.322
Baixa	-	(4.916)	-	-	-	(4.916)
Transferência	(15)	-	3	-	-	(12)
Amortização	(7.099)	(9.682)	(3.807)	(555)	-	(21.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	17.972	594.028	6.911	4.766	6.178.920	6.802.597
Custo total	51.035	637.697	25.289	6.610	6.178.920	6.899.551
Amortização acumulada	(33.063)	(43.669)	(18.378)	(1.844)	-	(96.954)
Valor residual	17.972	594.028	6.911	4.766	6.178.920	6.802.597
Adições	5.106	-	466	970	-	6.542
Transferência	(280)	(21)	21	(11)	5.059	4.768
Impairment	-	2.341	-	-	-	2.341
Amortização	(6.649)	(10.394)	(3.002)	(408)	-	(20.453)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	16.149	585.954	4.396	5.317	6.183.979	6.795.795
Custo total	55.740	638.064	24.809	7.580	6.183.979	6.910.172
Amortização acumulada	(39.591)	(52.110)	(20.413)	(2.263)	-	(114.377)
Valor residual	16.149	585.954	4.396	5.317	6.183.979	6.795.795

Consolidado

	Direitos de uso (i)	Marcas e patentes (ii)	Softwares	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	21.669	575.657	11.257	80.804	6.242.783	6.932.170
Adições	5.967	33.945	417	8.331	1.625	50.285
Alienação	-	-	-	(363)	-	(363)
Alocação de preço aquisição (PPA)	-	-	-	-	9.322	9.322
Baixa	(110)	(4.916)	-	-	-	(5.026)
Transferência	(8)	-	3	-	270	265
Amortização	(7.965)	(9.682)	(3.890)	(13.350)	-	(34.887)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.553	595.004	7.787	75.422	6.254.000	6.951.766
Custo total	60.051	638.697	26.322	117.434	6.254.000	7.096.504
Amortização acumulada	(40.498)	(43.693)	(18.535)	(42.012)	-	(144.738)
Valor residual	19.553	595.004	7.787	75.422	6.254.000	6.951.766
Adições	6.121	-	475	17.867	-	24.463
Alienação	(8)	-	-	-	-	(8)
Outros	-	-	-	305	-	305
Transferência	(284)	(192)	556	(11)	5.059	5.128
Impairment	61	2.341	-	-	-	2.402

Amortização	(7.574)	(10.877)	(3.350)	(13.090)	-	(34.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	17.869	586.276	5.468	80.493	6.259.059	6.949.165
Custo total	65.717	638.409	26.215	133.524	6.259.059	7.122.924
Amortização acumulada	(47.848)	(52.133)	(20.747)	(53.031)	-	(173.759)
Valor residual	17.869	586.276	5.468	80.493	6.259.059	6.949.165

- (i) Substancialmente software
- (ii) Inclui marcas e patentes e direito de uso de marcas
- (iii) Cisão - versão de parcela de patrimônio da Hypermarcas com posterior incorporação de ações.
- (iv) Drop Down - aumento de capital em subsidiárias com a conferência de ativos.

Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de parcela de ágio por expectativa de resultados futuros e marcas adquiridas ou advindos de processos de combinação de negócios.

Para os ativos não financeiros de longa duração, que estão sujeitos a amortização, estes são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas.

As projeções foram efetuadas com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas médias ponderadas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios dos setores que a Companhia atua. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes, tendo sido utilizada uma taxa de crescimento médio real de 6,7% e uma taxa de desconto real de 6,9%.

Em decorrência dos referidos testes, nenhuma perda por *impairment* necessitou ser reconhecida. Se a margem bruta usada no cálculo fosse 2 p.p. menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2013, e, da mesma forma, se a taxa de desconto estimada antes do imposto, através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês) aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da administração, ainda assim, não seriam registrados valores por *impairment* nesses itens.

A determinação de recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Intangíveis alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

O ágio, marcas e direitos de uso de marcas:

	Consolidado	
	2013	2012
Farma	4.573.920	4.576.209
Consumo	2.271.415	2.272.795
	6.845.335	6.849.004
Não alocados	103.830	102.762
	6.949.165	6.951.766

Em função da estratégia da Companhia em focar em produtos mais rentáveis, na divisão de consumo determinadas marcas foram descontinuadas.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores no país	59.182	72.599	288.607	292.113
Fornecedores no exterior	50.847	81.583	202.916	173.613
Fornecedores partes relacionadas (Nota 33)	144.967	110.498	8.477	-
	254.996	264.680	500.000	465.726

19 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
	Taxa Nominal	2013	2012	2013	2012
Moeda Estrangeira					
Empréstimos (i)	US\$ + 2,33% a 3,05% a.a.	453.414	232.658	453.414	233.510
Bonds (ii)	US\$ + 6,50% a.a.	761.993	1.525.390	761.993	1.525.390
Moeda Nacional					
Empréstimos	Pré-fixada de 10,64% a.a.	22.232	-	22.232	-
FCO (i)	Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a.	33.095	-	163.451	70.230
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a. e de TJLP + 2,91% a 3,00% a.a.	10.525	13.953	25.635	28.248
BNDES (i)	Pré-fixada 3,50% a 4,50% a.a. e TJLP + 1,50% a 3,00%	21.807	28.642	46.847	66.743

	a.a.				
Debêntures (i)	IPCA + 3% a 8,43% a.a.; 109,95% a 111,00% do CDI; CDI + 1,85% a.a. e Pré- fixada 11,30% a.a.	2.435.280	2.035.829	2.435.280	2.035.829
		<u>3.738.346</u>	<u>3.836.472</u>	<u>3.908.852</u>	<u>3.959.950</u>
Circulante		741.419	317.727	769.231	346.103
Não circulante		<u>2.996.927</u>	<u>3.518.745</u>	<u>3.139.621</u>	<u>3.613.847</u>
(i)	Contratos com cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e cobertura de juros em relação a determinadas informações financeiras (EBITDA e despesas de juros líquidas), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2013 as cláusulas restritivas foram atendidas.				
(ii)	Em 20 de abril de 2011 a Companhia emitiu títulos de dívida no exterior ("Bonds"), no montante de setecentos e cinquenta milhões de dólares, com remuneração de 6,5% ao ano e vencimento em 20 de abril de 2021. Os encargos totais correspondem a uma taxa interna de retorno de 8% a.a, amortizados semestralmente.				

Em novembro de 2013, a Companhia decidiu pela recompra de um montante de US\$420.164.000, em valor de face, do total de Bonds em circulação. O objetivo da operação foi reduzir a exposição da Companhia a variações cambiais.

Estão registrados os valores de R\$ 52.831 no circulante e não circulante R\$709.162.

Os custos de emissão totalizaram R\$32.383, sendo R\$11.978 não realizados, conforme composição abaixo:

	2013
2014	<u>1.594</u>
2015	<u>1.329</u>
2016	<u>1.439</u>
2017	<u>1.550</u>
2018	<u>1.675</u>
2019	<u>1.809</u>
2020	<u>1.959</u>
2021	<u>623</u>
	<u>11.978</u>

Debêntures – Composição (controladora e consolidado)

	Data de Emissão	Data de Vencimento	Forma de amortização	Tipo de emissão	Valor data de emissão	Quantidade emitida	Quantidade colocada no mercado	Valor unitário	Encargos financeiros anuais	Conversibilidade
3ª Emissão Pública 2ª Série	15/07/2010	15/07/2015	Final	Pública	335.601.000	335.601	335.601	1.000	CDI + 1,85%	Não conversíveis em ações
3ª Emissão Pública 3ª Série	15/07/2010	15/07/2016	50% - 15/07/15 50% - 15/07/16	Pública	114.415.000	114.415	114.415	1.000	IPCA + 8,4%	Não conversíveis em ações
1ª Emissão Privada 1ª Série	15/10/2010	15/10/2015	Final	Privada	549.998.042	548.725	548.725	1.002,32	IPCA + 3%	Direito a subscrição de ações ordinárias
1ª Emissão Privada 2ª Série	15/10/2010	15/10/2018	Semestral a partir de 15/04/13	Privada	549.998.042	548.725	548.725	1.002,32	11,30%	Não conversíveis em ações
4ª Emissão Pública 1ª Série	28/03/2011	28/03/2014	Final	Pública	200.000.000	200	200	1.000.000	111,00% DI	Não conversíveis em ações
4ª Emissão Pública 2ª Série	28/03/2011	28/04/2014	Final	Pública	200.000.000	200	200	1.000.000	111,00% DI	Não conversíveis em ações
5ª Emissão Pública 1ª Série	02/08/2013	02/08/2018	Final	Pública	400.000.000	40.000	40.000	10.000	109,95% DI	Não conversíveis em ações
6ª Emissão Pública Série Única	24/11/2013	24/07/2017	Final	Pública	200.000.000	200	200	1.000.000	110,75% DI	Não conversíveis em ações

Debêntures – Movimentação (controladora e consolidado)

	1 ^a Emissão Privada 1 ^a , 2 ^a Séries	3 ^a Emissão Pública 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a Séries	4 ^a Emissão Pública 1 ^a e 2 ^a Séries	5 ^a Emissão Pública 1 ^a Série	6 ^a Emissão Pública Série única	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.144.618	484.248	406.963			2.035.829
Principal	-	-	-	400.000	200.000	600.000
Gastos a transcorrer	--	-	-	(1.423)	(294)	(1.717)
Amortização do principal	(91.665)	-	(186.000)	-	-	(277.665)
Encargos financeiros	128.096	53.282	34.016	16.273	2.055	233.722
Amortização de juros	(77.621)	(41.375)	(35.893)	-	-	(154.889)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.103.428	496.155	219.086	414.850	201.761	2.435.280
Custo de transação não realizados	1.509	1.447	136	1.332	286	4.710
Circulante	654	856	136	238	71	1.955
Não Circulante	855	591		1.094	215	2.755
	1.509	1.447	136	1.332	286	4.710

Os montantes a longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	2013	2013
2015	1.133.691	1.158.230
2016	255.600	273.000
2017	388.815	403.670
2018	487.786	502.559
2019	4.142	18.500
2020	3.799	17.823
2021	712.961	726.698
2022	3.649	17.034
2023	3.258	13.228
2024	3.226	8.879
	2.996.927	3.139.621

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
	2013	2013
Contas a receber - Clientes caucionadas	26.158	95.242
Carta de fiança (i)	21.845	46.926
Imobilizado penhorado	18.300	103.661
	66.303	245.829

- (i) Adicionalmente, existem aplicações financeiras no valor de R\$ 990 (R\$ 64.510 em 31 de dezembro de 2012) dadas em garantia de operações de fianças bancárias.

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo

Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos são os seguintes:

		Consolidado		Valor Justo	
	Taxa Nominal	2013	2012	2013	2012
Moeda Estrangeira					
Empréstimos	US\$ + 2,33% a 3,05% a.a.	453.414	233.510	453.693	233.510
Bonds	US\$ + 6,50% a.a.	761.993	1.525.390	807.255	1.795.693
Moeda Nacional					
Empréstimos	Pré-fixada de 10,64% a.a.	22.232	-	22.232	-
FCO	Pré-fixada de 2,5% a 8,50% a.a.	163.451	70.230	111.923	61.421
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a. e de TJLP + 2,91% a 3,00% a.a.	25.635	28.248	19.378	28.248
BNDES	Pré-fixada 3,50% a 4,50% a.a. e TJLP + 1,50% a 3,00% a.a.	46.847	66.743	43.300	61.680
Debêntures	IPCA + 3% a 8,43% a.a.; 109,95% e 111,00% do CDI; CDI + 1,85% a.a. e Pré-fixada 11,30% a.a.	2.435.280	2.035.829	2.366.487	1.990.705
		<u>3.908.852</u>	<u>3.959.950</u>	<u>3.824.268</u>	<u>4.171.257</u>

O valor justo de alguns dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de mercado de CDI + 0,48% a CDI + 2,80% a.a. (31 de dezembro de 2012 – CDI + 0,47% a CDI + 1,79% a.a.).

c. Debêntures simples com bônus de subscrição atrelado

Atrelado à emissão das debêntures simples emitidas em 15 de outubro de 2010, foram emitidos 548.725 bônus de subscrição de ações ao preço de subscrição de R\$ 29,48 (vinte e nove reais e quarenta e oito centavos) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures da primeira série, de maneira que a conversão se dará sempre por uma quantidade fixa de ações ordinárias de 34 ações por cada bônus de subscrição, totalizando uma quantidade fixa 18.656.650 ações ordinárias.

O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor do bônus de subscrição, está incluído no patrimônio líquido em ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos de renda e contribuição social no valor de R\$ 50.243.

O saldo da primeira série da primeira emissão privada de debêntures simples com garantia flutuante, conjugadas com bônus de subscrição, reconhecido no balanço patrimonial é composto como segue em 31 de dezembro de 2013:

Valor atualizado das debêntures conversíveis	671.050
Gastos a transcorrer	<u>(35.400)</u>
Componente do passivo em 31 de dezembro de 2013	<u>635.650</u>

Para a segunda série, que não contempla a opção de ser convertida em ações, o valor contabilizado no passivo monta R\$ 467.778.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição dos tributos diferidos ativos

Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias. Estes ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro baseado em estudo de realização cuja projeção é a geração de resultados tributáveis a partir de 2015. Os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social são gerados substancialmente por conta da utilização fiscal dos ágios de aquisição de empresas (Notas 1 e 17). De acordo com projeções preparadas pela administração a utilização dos ágios já apresentam decréscimos e cessará em 2021.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Crédito tributário:				
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	952.878	616.657	983.904	649.353
Variação Cambial	102.717	121.106	102.717	121.106
Contingências	60.347	80.229	64.926	82.456
Ágios amortizados	193.866	242.559	193.866	242.559
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e outras	26.796	26.701	27.248	27.870
Provisão para perdas nos estoques	19.774	25.203	33.933	42.195
Outras diferenças temporárias	<u>47.154</u>	<u>53.431</u>	<u>64.736</u>	<u>95.505</u>
Total do crédito tributário	<u>1.403.532</u>	<u>1.165.886</u>	<u>1.471.330</u>	<u>1.261.044</u>
(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	<u>(1.378.991)</u>	<u>(1.093.303)</u>	<u>(1.434.097)</u>	<u>(1.144.211)</u>
Saldo remanescente do crédito tributário	<u>24.541</u>	<u>72.583</u>	<u>37.233</u>	<u>116.833</u>

b. Passivos fiscais diferidos

Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de

exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido (*impairment*) ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ágios	1.226.263	959.848	1.226.263	959.848
Outros ajustes de combinações de negócios	121.774	130.141	175.535	191.853
AVPs e outros	30.954	32.468	66.232	58.731
	<u>1.378.991</u>	<u>1.122.457</u>	<u>1.468.030</u>	<u>1.210.432</u>
(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma natureza	<u>(1.378.991)</u>	<u>(1.093.303)</u>	<u>(1.434.097)</u>	<u>(1.144.211)</u>
Saldo remanescente do passivo diferido	<u>-</u>	<u>29.154</u>	<u>33.933</u>	<u>66.221</u>

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	275.874	350.267	312.810	313.888
Alíquota combinada - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de IR/CS à alíquota combinada	(93.797)	(119.091)	(106.307)	(106.698)
Resultado de equivalência patrimonial	17.287	(24.912)	(461)	(177)
Despesas não dedutíveis (permanentes)	(45.925)	(57.571)	(58.145)	(61.142)
Créditos tributários não constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(2.256)	(5.711)	(2.256)	(5.331)
Subvenção para investimentos	95.977	62.605	95.977	65.724
Baixa por incorporação/cisão	-	(1.923)	-	(2.602)
Outros	<u>9.562</u>	<u>249</u>	<u>15.104</u>	<u>251</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(19.152)</u>	<u>(146.354)</u>	<u>(56.088)</u>	<u>(109.975)</u>
<u>Operações continuadas</u>				
Corrente	338.797	228.158	334.378	223.698
Diferido	<u>(356.942)</u>	<u>(382.185)</u>	<u>(389.459)</u>	<u>(341.346)</u>
	(18.145)	(154.027)	(55.081)	(117.648)
<u>Operações descontinuadas</u>				
Corrente	<u>(1.007)</u>	<u>7.673</u>	<u>(1.007)</u>	<u>7.673</u>
<u>Total</u>	<u>(19.152)</u>	<u>(146.354)</u>	<u>(56.088)</u>	<u>(109.975)</u>
	7%	42%	18%	35%

d.

e. Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei no 11.638/07 e da MP no 449/08, convertida na Lei no 11.941/09, por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior. Um dos objetivos da norma é estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), com o fim da neutralidade tributária aos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. A Companhia analisou os potenciais efeitos da nova norma, os considerou imateriais, e aguarda a conversão desta em Lei para decisão quanto à adesão optativa a partir de 2014.

21 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ICMS a recolher	23.347	21.042	30.451	32.375
IPI/PIS/COFINS a recolher	1.166	1.118	17.693	14.639
Programa de recuperação fiscal (Refis)	9.014	7.943	11.656	10.601
Outros impostos a recolher	4.565	4.794	6.764	5.443
	<u>38.092</u>	<u>34.897</u>	<u>66.564</u>	<u>63.058</u>

22 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fretes a pagar	28.863	26.067	33.682	28.988
Serviços prestados	29.192	35.096	46.001	48.375
Verbas, acordos comerciais e publicidade	168.834	134.958	168.938	135.150
Aluguéis	3.781	2.496	8.683	6.302
Perdas nas operações de derivativos	8.817	11.142	9.319	11.142
Provisão para reestruturação operacional	-	-	11.395	39.911
Outras	9.778	22.363	27.278	28.979
	<u>249.265</u>	<u>232.122</u>	<u>305.296</u>	<u>298.847</u>

23 Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda.	-	49.940	-	49.940
Aquisição Sapeka Indústria de Fraldas Descartáveis Ltda. (iv)	26.155	31.369	26.155	31.369
Aquisição Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. (i)	49.906	93.603	49.906	93.603
Aquisição Mabesa do Brasil S.A. (iii)	-	64.771	-	64.771
Aquisição Ind. Nacional de Artefatos de Látex S.A. (iii)	32.517	55.767	32.517	55.767
Aquisição Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda. (i)	19.176	26.334	19.176	26.334
Aquisição Luper Indústria Farmacêutica Ltda. (i)	15.313	17.587	15.313	17.587
Aquisição de Bitufo. (i)	19.233	26.574	19.233	26.574
Aquisições Aprov Comércio de Cosméticos Ltda / Niasi Ind. de Cosméticos Ltda. (i)	4.821	87.199	4.821	87.199
Notas promissórias com controladas (vi)	90.606	-	-	-
Outros (i,ii e v)	246	12.021	246	24.559
	<u>257.973</u>	<u>465.165</u>	<u>167.367</u>	<u>477.703</u>
Passivo circulante	220.108	326.447	129.502	338.985
Passivo não circulante	<u>37.865</u>	<u>138.718</u>	<u>37.865</u>	<u>138.718</u>

- (i) Atualização de acordo com taxas do mercado financeiro, basicamente CDI.
- (ii) O contrato de Aquisição das marcas (NY Looks, Bia Blanc, Radical, Aroma & Cor, Day, Dois! Earth, Um!, Três!, Ski, Sun, e Eco) com a Brasil Global Ltda. prevê uma retenção do preço de R\$ 12.000 para garantir eventuais contingências da vendedora. Tal valor é investido sob orientação do credor, e em 31 de dezembro de 2013 o saldo é de R\$ 3.328 e encontra-se aplicado em ações, registrado em conta redutora do respectivo saldo de títulos a pagar, e, consequentemente, tanto o investimento quanto a respectiva parcela da dívida encontram-se valorizados a valor de mercado das ações. O saldo remanescente da dívida (líquido de investimentos das ações) é atualizado de acordo com a variação cambial. A dívida está garantida por Carta de Fiança.
- (iii) O contrato prevê cláusula de ajustes do pagamento das parcelas de acordo com a variação cambial do dólar estadunidense.
- (iv) Parcela sujeita a ajuste de preço. Está sendo corrigida pelo CDI desde 2011.
- (v) Atualização de acordo com IGPM.
- (vi) Atualização de acordo com taxas do mercado financeiro, 105% do CDI (Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. e Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.).

Os montantes a longo prazo em 2013 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2015	30.808
2016	<u>7.057</u>
	<u>37.865</u>

Ajustes a valor presente

Foram aplicados os ajustes a valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-12 para os títulos a pagar decorrentes de aquisição de empresas e/ou ativos, atualizados pela

variação cambial ou CDI, sem juros. Para o cálculo do ajuste inicial além das atualizações aplicáveis, utilizou-se a taxa média de captação de recursos da data de aquisição. As contrapartidas dos ajustes iniciais são contabilizadas como reduções dos custos dos ativos-ágios, sendo:

Empresas	Taxas	Saldo ajuste a valor presente	
		2013	2012
NY Looks	7,73% a.a.	-	(394)
Inal	5,00% a.a.	(1.503)	(3.969)
Pom Pom	2,00% a.a.	(926)	(2.642)
Luper	2,00% a.a.	(181)	(407)
Sapeka	2,00% a.a.	(551)	(929)
Facilit	2,00% a.a.	(303)	(654)
Niasi/Aprov	2,00% a.a.	-	(1.143)
ASR	2,00% a.a.	-	(38)
Bitufo	2,00% a.a.	(519)	(972)
Mabesa	2,00% a.a.	-	(113)
Active	2,00% a.a.	-	(62)

24 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Programa de recuperação fiscal(Refis)(i)	70.676	71.372	86.331	88.285
Parcelamento de tributos/contribuições	32.153	14.132	32.710	16.629
Perdas nas operações de derivativos	32.578	-	32.578	-
Outros	2.648	3.794	5.016	3.794
	<u>138.055</u>	<u>89.298</u>	<u>156.635</u>	<u>108.708</u>
Passivo circulante:				
- Incluso em salários e encargos sociais (INSS)	-	-	57	575
- Incluso em impostos a recolher (Refis) (i)	9.014	7.943	11.656	10.601
	<u>9.014</u>	<u>7.943</u>	<u>11.713</u>	<u>11.176</u>
Passivo não circulante	<u>129.041</u>	<u>81.355</u>	<u>144.922</u>	<u>97.532</u>

(i) Programa de recuperação fiscal (REFIS)

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória

nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

Com a publicação da Lei 12.865/13 e da Medida Provisória 627/13, em outubro e novembro de 2013, respectivamente, ficou instituído o novo programa de parcelamento de débitos.

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessas Leis poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

Abrangência dos débitos parcelados (consolidados):

	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2013</u>
REFIS consolidado	51.962	1.198	7.348	25.823	86.331
	<u>51.962</u>	<u>1.198</u>	<u>7.348</u>	<u>25.823</u>	<u>86.331</u>

25 Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	<u>31/12/2013</u>
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	1.924.827
Valor máximo de indenização	1.617.277
Vendaval / fumaça	495.000
Danos elétricos	102.000
Linha Incêndio	84.816
Outras Coberturas	205.000
Lucros Cessantes	487.000

26 Composição das contas de resultado

a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custo dos produtos vendidos	(1.771.056)	(1.653.369)	(1.509.888)	(1.464.570)
Matéria prima	(135.624)	(181.143)	(1.053.794)	(1.038.734)
Material de embalagem	(8.544)	(11.957)	(273.964)	(217.559)
Custo de transformação	(84.704)	(120.771)	(371.099)	(341.391)
Despesas com depreciações e amortizações	(24.014)	(26.271)	(46.633)	(35.191)

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Revenda	(1.424.523)	(1.273.111)	(46.958)	(35.673)
Variações dos estoques/outros	(93.647)	(40.116)	282.560	203.978
Despesas com vendas e marketing	<u>(1.495.437)</u>	<u>(1.310.811)</u>	<u>(1.581.451)</u>	<u>(1.392.302)</u>
Gastos com propaganda e publicidade	(344.938)	(282.101)	(343.746)	(280.825)
Acordos, verbas e outros	(240.187)	(194.371)	(238.883)	(194.332)
Visitação médica, promoções, brindes e amostras	(252.999)	(232.715)	(253.630)	(232.911)
Força de vendas e gastos comerciais	(471.286)	(438.907)	(532.735)	(494.872)
Frete e seguros sobre vendas	(146.381)	(126.205)	(154.993)	(133.235)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	(20.299)	(18.855)	(20.556)	(20.539)
Despesas com depreciações e amortizações	(19.347)	(17.657)	(36.908)	(35.588)
Despesas administrativas e gerais	<u>(188.226)</u>	<u>(207.880)</u>	<u>(222.372)</u>	<u>(234.849)</u>
Demais despesas	(175.132)	(192.826)	(207.465)	(218.907)
Despesas com depreciações e amortizações	(13.094)	(15.054)	(14.907)	(15.942)

b. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Capital de giro	-	(5.320)	-	(5.320)
	-	(5.320)	-	(5.320)
Financiamento Centro-Oeste - FCO	-	(355)	(3.603)	(2.358)
Financiamento FINEP/FINIMP	(372)	(1.435)	(672)	(1.639)
Financiamento BNDES	(1.701)	(2.579)	(3.631)	(5.616)
FINAME - Financiamento de máquinas e equipamentos	(616)	(1.128)	(1.301)	(1.692)
	<u>(2.689)</u>	<u>(5.497)</u>	<u>(9.207)</u>	<u>(11.305)</u>
Juros sobre empréstimos em moeda estrangeira	(133.209)	(123.178)	(126.030)	(123.178)
Gastos com recompra de dívida (Bond)	(99.335)	-	(99.335)	-
Juros sobre títulos a pagar	(20.566)	(28.951)	(21.136)	(30.080)
Atualizações monetárias sobre contingências	(9.484)	(11.974)	(9.577)	(12.028)
Refis	(8.927)	(7.442)	(10.355)	(8.527)
Debêntures	(216.131)	(236.581)	(216.131)	(236.581)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(4.599)	(7.715)	(4.754)	(7.719)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(5.454)	(6.307)	(6.436)	(7.759)
Variação cambial de empréstimos, líquida	(201.192)	(123.469)	(197.126)	(123.539)
Variação cambial aquisição de empresa	(8.497)	(21.333)	(8.497)	(21.333)
Variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	(1.027)	(3.553)	(6.243)	(7.311)
Outros	(1.826)	(71)	(1.180)	(3.741)
	<u>(710.247)</u>	<u>(570.574)</u>	<u>(706.800)</u>	<u>(581.796)</u>
Reversões de ajuste a valor presente	<u>(23.771)</u>	<u>(31.121)</u>	<u>(24.017)</u>	<u>(31.632)</u>
	<u>(736.707)</u>	<u>(612.512)</u>	<u>(740.024)</u>	<u>(630.053)</u>

c. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Juros ativos	20.001	17.295	20.405	17.582
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	62.505	163.023	136.964	187.599
	<u>82.506</u>	<u>180.318</u>	<u>157.369</u>	<u>205.181</u>

27 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.500.000, conforme disposição do Estatuto Social e deliberação do conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 24 de janeiro de 2011.

O capital social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 5.269.124 (em 31 dezembro de 2012 – R\$ 5.231.066), representado por 632.100.787 (em 31 de dezembro de 2012 - 627.396.559) ações ordinárias.

Em maio de 2013, o capital social foi aumentado em R\$ 38.058, com emissão de 4.704.228 ações, com recursos obtidos do Programa de Opção de Compra de Ações.

Em 2012, o capital social foi aumentado em R\$ 4.049, com emissão de 611.647 ações, com recursos obtidos do Programa de Opção de Compra de Ações.

b. Ágio na emissão de ações

Esta reserva é constituída nas emissões de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social.

c. Opções de compra de ações

Em AGE de 24 de março de 2008 da Companhia foi aprovado plano de opções de compra de ações (“Plano I”) com o objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações de sua emissão em percentual de diluição de até 3% do capital social.

As principais características do Plano I - Programa 2008 são:

- Preço de exercício de R\$8,50
- Prazo de carência de 3 anos para 50% das opções outorgadas e 4 anos para os 50% restantes
- 1.802.212 opções outorgadas

Em AGE de 29 de dezembro de 2008, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações (“Plano II”) aos colaboradores da Companhia com o objetivo de “atrair e reter executivos da Companhia” em percentual de diluição de até 3% do capital social.

As principais características do Plano II - Programa 2008 são:

- Preço de exercício de R\$ 5,36

- Prazo de carência de 1 ano para até 10% das opções outorgadas, 2 anos para até 20%, 3 anos para até 40%, 4 anos para até 60%, 5 anos para até 80% e 6 anos para até 100%
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 8.800.000 opções outorgadas

As principais características do Plano II - Programa 2009 são:

- Preço de exercício de R\$ 17,06
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 2.800.000 opções outorgadas

As principais características do Plano II - Programa 2010 são:

- Preço de exercício de R\$ 20,21
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 2.600.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano II - Programa 2011 são:

- Preço de exercício de R\$ 19,26
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 3.700.000 ações outorgadas.

Em AGE de 11 de novembro de 2011, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações ("Plano III") aos colaboradores da Companhia. com o objetivo de "atrair e reter executivos da Companhia" em percentual de diluição de até 5% do capital social.

As principais características do Plano III - Programa 2011 são:

- Preço de exercício de R\$ 8,60
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.

- 12.000.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano III - Programa 2013 são:

- Preço de exercício de R\$ 15,62
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 1.350.000 ações outorgadas.

Total de opções outorgadas

O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2013 é de 3,42% nos Planos e Programas conforme discriminados abaixo:

Plano	Programa	Carência	Preço exercício	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto em 31/12/2013	Valor justo na data da outorga	Custo estimado (em milhares de Reais)
Plano I	2008	01/06/11	8,50	901.106	748.593	-	152.513	0,14	120,6
Plano I	2008	01/06/12	8,50	901.106	548.593	-	352.513	0,29	250,7
Plano II	2008	01/11/08	5,36	880.000	880.000	-	-	0,04	35,2
Plano II	2008	01/11/09	5,36	880.000	880.000	-	-	0,50	432,1
Plano II	2008	01/11/10	5,36	1.760.000	1.620.000	140.000	-	0,83	1.302,5
Plano II	2008	01/11/11	5,36	1.760.000	1.468.922	260.000	31.078	1,10	1.585,1
Plano II	2008	01/11/12	5,36	1.760.000	865.966	260.000	634.034	1,35	1.917,0
Plano II	2008	01/11/13	5,36	1.760.000	157.468	440.000	1.162.532	1,59	2.216,3
Plano II	2009	17/12/10	17,06	560.000	20.017	97.037	442.946	3,52	1.664,9
Plano II	2009	17/12/11	17,06	560.000	-	100.000	460.000	4,35	2.026,5
Plano II	2009	17/12/12	17,06	560.000	-	100.000	460.000	5,16	2.367,0
Plano II	2009	17/12/13	17,06	560.000	-	100.000	460.000	5,96	2.688,4
Plano II	2009	17/12/14	17,06	560.000	-	100.000	460.000	6,74	2.992,4
Plano II	2010	06/08/11	20,21	520.000	-	190.000	330.000	3,57	1.158,9
Plano II	2010	06/08/12	20,21	520.000	-	60.000	460.000	4,52	2.016,4
Plano II	2010	06/08/13	20,21	520.000	-	80.000	440.000	5,47	2.401,9
Plano II	2010	06/08/14	20,21	520.000	-	80.000	440.000	6,41	2.771,2
Plano II	2010	06/08/15	20,21	520.000	-	80.000	440.000	7,34	3.123,5
Plano II	2011	01/02/12	19,26	740.000	-	52.188	687.812	0,96	666,9
Plano II	2011	01/02/13	19,26	740.000	-	37.314	702.686	1,81	1.261,2
Plano II	2011	01/02/14	19,26	740.000	-	37.318	702.682	2,64	1.813,7
Plano II	2011	01/02/15	19,26	740.000	-	37.318	702.682	3,47	2.348,1
Plano II	2011	01/02/16	19,26	740.000	-	37.318	702.682	4,30	2.865,5
Plano III	2011	26/12/12	8,60	2.400.000	1.477.564	6.000	916.444	0,83	1.929,7
Plano III	2011	26/12/13	8,60	2.400.000	-	116.313	2.283.685	1,29	2.968,4
Plano III	2011	26/12/14	8,60	2.400.000	-	116.313	2.283.685	1,70	3.854,9
Plano III	2011	26/12/15	8,60	2.400.000	-	116.313	2.283.685	2,09	4.653,8
Plano III	2011	26/12/16	8,60	2.400.000	-	116.313	2.283.685	2,46	5.389,6
Plano III	2013	03/05/14	15,62	270.000	-	-	270.000	0,47	126,3
Plano III	2013	03/05/15	15,62	270.000	-	-	270.000	0,72	189,0
Plano III	2013	03/05/16	15,62	270.000	-	-	270.000	0,93	240,3
Plano III	2013	03/05/17	15,62	270.000	-	-	270.000	1,12	285,3
Plano III	2013	03/05/18	15,62	270.000	-	-	270.000	1,30	325,8
Total				33.052.212	8.667.123	2.759.745	21.625.344		59.989,1

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Plano	Programa	Carência	Preço exercício	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto em 31/12/2012	Valor justo na data da outorga	Custo estimado (em milhares de Reais)
Plano I	2008	01/06/11	8,50	901.106	107.398	-	793.708	0,14	120,6
Plano I	2008	01/06/12	8,50	901.106	48.610	-	852.496	0,29	250,7
Plano II	2008	01/11/08	5,36	880.000	878.144	-	1.856	0,04	35,2
Plano II	2008	01/11/09	5,36	880.000	285.909	-	594.091	0,50	432,1
Plano II	2008	01/11/10	5,36	1.760.000	904.578	140.000	715.422	0,83	1.302,5
Plano II	2008	01/11/11	5,36	1.760.000	552.859	260.000	947.141	1,10	1.585,1
Plano II	2008	01/11/12	5,36	1.760.000	-	260.000	1.500.000	1,35	1.917,0
Plano II	2008	01/11/13	5,36	1.760.000	-	260.000	1.500.000	1,59	2.216,3
Plano II	2009	17/12/10	17,06	560.000	20.017	80.000	459.983	3,52	1.664,9
Plano II	2009	17/12/11	17,06	560.000	-	80.000	480.000	4,35	2.026,5
Plano II	2009	17/12/12	17,06	560.000	-	80.000	480.000	5,16	2.367,0
Plano II	2009	17/12/13	17,06	560.000	-	80.000	480.000	5,96	2.688,4
Plano II	2009	17/12/14	17,06	560.000	-	80.000	480.000	6,74	2.992,4
Plano II	2010	06/08/11	20,21	520.000	-	190.000	330.000	3,57	1.158,9
Plano II	2010	06/08/12	20,21	520.000	-	60.000	460.000	4,52	2.016,4
Plano II	2010	06/08/13	20,21	520.000	-	60.000	460.000	5,47	2.401,9
Plano II	2010	06/08/14	20,21	520.000	-	60.000	460.000	6,41	2.771,2
Plano II	2010	06/08/15	20,21	520.000	-	60.000	460.000	7,34	3.123,5
Plano II	2011	01/02/12	19,26	740.000	-	34.870	705.130	0,96	666,9
Plano II	2011	01/02/13	19,26	740.000	-	20.000	720.000	1,81	1.261,2
Plano II	2011	01/02/14	19,26	740.000	-	20.000	720.000	2,64	1.813,7
Plano II	2011	01/02/15	19,26	740.000	-	20.000	720.000	3,47	2.348,1
Plano II	2011	01/02/16	19,26	740.000	-	20.000	720.000	4,30	2.865,5
Plano III	2011	26/12/12	8,60	2.400.000	-	30.000	2.370.000	0,83	1.929,7
Plano III	2011	26/12/13	8,60	2.400.000	-	30.000	2.370.000	1,29	2.968,4
Plano III	2011	26/12/14	8,60	2.400.000	-	30.000	2.370.000	1,70	3.854,9
Plano III	2011	26/12/15	8,60	2.400.000	-	30.000	2.370.000	2,09	4.653,8
Plano III	2011	26/12/16	8,60	2.400.000	-	30.000	2.370.000	2,46	5.389,6
Total				31.702.212	2.797.515	2.014.870	26.889.827		58.822,40

Modelo de precificação das opções

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:

- As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.
- Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.
- Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano.
- Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários.

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções européias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

d. Ações em tesouraria

Em 2013 foram alienadas 1.165.110 ações no valor total de R\$ 8.159.

Em 2012 foram alienadas 97.220 ações no valor total de R\$ 986.

Em 2011 foram adquiridas 1.671.200 ações ao preço custo de R\$ 13,5947 por ação, totalizando R\$ 22.719.

e. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

f. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção de investimentos reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

g. Reserva estatutária

Constituída de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e previsto no artigo 44 parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

h. Reserva de retenção de lucros

Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

i. Ajuste de avaliação patrimonial

Na aquisição da participação de 76,23% da Mantecorp, em janeiro de 2011, no valor de R\$1.900.000 foram emitidas 78.013.947 ações da Hypermarcas S/A no valor nominal de R\$ 24,35. O valor justo foi precificado em R\$ 21,09 totalizando R\$1.645.314, por conseguinte gerou um ajuste de valor justo no total de R\$ 254.686.

Na emissão de debêntures simples (1ª série), em outubro de 2010, no valor de R\$ 549.998, remuneradas pelo IPCA + 3%, conjugadas com emissão de 548.725 pelo bônus de subscrição correspondente a 18.656.650 ações da Companhia no valor unitário de R\$ 29,48 também corrigido pelo IPCA. O valor justo atribuído a taxa foi 11%, considerando opção similar. Por consequente gerou um ajuste de valor justo no total de R\$ 50.243 líquido de impostos de renda e contribuição social.

j. Proposta de destinação do resultado

	2013
Resultado líquido do exercício	<u>256.722</u>
Constituição de reserva legal	(12.836)
Reversão de reserva de retenção de lucros	37.000
Constituição da reserva de incentivos fiscais	<u>(280.886)</u>
	<u>-</u>

k. Dividendos deliberados

A AGO aprovou em 30 de abril de 2013 a proposta da Administração de distribuição dos dividendos adicionais, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 102.112. Os dividendos foram pagos em maio de 2013.

28 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Presidência.

A Presidência (CEO) efetua sua análise do negócio também sob a perspectiva de segmentos de negócios. Os segmentos definidos são: Farma e Consumo.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, da fabricação e comercialização de produtos farmacêuticos e higiene & beleza.

As informações consolidadas por segmento de negócios, revisadas pela Presidência e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são as seguintes:

	Consolidado					
	2013			2012		
	Farma	Consumo	Total	Farma	Consumo	Total
Receita líquida das vendas	2.328.615	1.930.125	4.258.740	2.075.991	1.797.692	3.873.683
Custo dos produtos vendidos	<u>(543.650)</u>	<u>(966.238)</u>	<u>(1.509.888)</u>	<u>(523.899)</u>	<u>(940.671)</u>	<u>(1.464.570)</u>
Lucro bruto	<u>1.784.965</u>	<u>963.887</u>	<u>2.748.852</u>	<u>1.552.092</u>	<u>857.021</u>	<u>2.409.113</u>

Os ativos consolidados por segmento de negócio são os seguintes:

	2013	2012
Farma	6.173.770	6.143.805
Consumo	<u>3.965.411</u>	<u>3.705.671</u>
Não alocados (*)	<u>2.362.806</u>	<u>2.807.035</u>
	<u>12.501.987</u>	<u>12.656.511</u>

(*) Substancialmente caixa e equivalentes de caixa, tributos e outros.

29 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Vendas brutas de produtos e serviços	4.980.845	4.641.946	4.959.380	4.632.643
Devoluções	(165.405)	(160.052)	(163.769)	(159.781)
Descontos incondicionais	(9.661)	(20.051)	(9.661)	(20.030)
Descontos promocionais	(93.338)	(73.106)	(93.338)	(73.106)
Impostos	(385.174)	(470.336)	(433.872)	(506.043)
Receita líquida	<u>4.327.267</u>	<u>3.918.401</u>	<u>4.258.740</u>	<u>3.873.683</u>

30 Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	256.722	203.913
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>629.431</u>	<u>625.634</u>
Lucro básico por ação	<u>0,41</u>	<u>0,33</u>

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais são tratadas como diluidoras quando, e somente quando, a sua conversão em ações diminui o resultado por ação ou aumenta o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas. Em 2013 as ações atreladas a bônus de subscrição não foram incluídas no cálculo do lucro diluído, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo.

	2013	2012
Lucro		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	256.722	203.913
Despesa financeira sobre a dívida atrelada a bônus de subscrição (líquida de imposto)	<u>-</u>	<u>65.352</u>
Subtotal	<u>256.722</u>	<u>269.265</u>

Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	629.431	625.634
Ajustes de:		
Conversão presumida de bônus de subscrição (milhares)	-	18.657
Opções de compra de ações (milhares)	15.847	26.890
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	645.278	671.181
 Lucro diluído por ação	 0,40	 0,40

31 Contingências passivas

Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

Controladora								
31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012				
Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósito Judicial	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósito Judicial	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	
Trabalhista (ii)	8.796	17.230	(5.378)	20.648	8.005	10.709	(4.631)	14.083
Cível (i)	741	21.911	(86)	22.566	1.002	20.445	(358)	21.089
Fiscal e Tributária (iii)	20.004	104.895	(25.823)	99.076	20.983	171.375	(19.026)	173.332
Administrativo/outras (iv)	1.263	2.652	-	3.915	1.105	2.345	(2)	3.448
	30.804	146.688	(31.287)	146.205	31.095	204.874	(24.017)	211.952

Consolidado								
31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012				
Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósito Judicial	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósito Judicial	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	
Trabalhista (ii)	12.583	17.230	(5.669)	24.144	8.462	10.709	(4.704)	14.467
Cível (i)	967	21.911	(86)	22.792	1.132	20.445	(358)	21.219
Fiscal e Tributária (iii)	29.306	104.895	(35.123)	99.078	26.820	171.375	(24.497)	173.698
Administrativo/outras (iv)	1.414	2.652	-	4.066	1.233	2.345	(2)	3.576
	44.270	146.688	(40.878)	150.080	37.647	204.874	(29.561)	212.960

a. Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinações de negócios.

Quadro resumo das principais contingências:

	Trabalhista / Cível / Administrativo e Outras		Fiscal e Tributária		Total
	Provável	Possível	Provável	Possível	
Mabesa	3.789	50	9.440	19.136	32.415
Mantecorp	21.480	16.474	-	76.319	114.273
	<u>25.269</u>	<u>16.524</u>	<u>9.440</u>	<u>95.455</u>	<u>146.688</u>

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas.

O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos está estimado em R\$ 146.688, sendo R\$ 17.230 referentes a processos trabalhistas, R\$ 21.911 referente a processos cíveis, R\$ 104.895 referente a processos tributários e R\$ 2.652 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

(i) Cível

São aproximadamente 29 processos, 8 decorreram da aquisição da Mabesa e 21 da Mantecorp Indústria Química, onde o prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 21.911.

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 5.113, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia está discutindo tal multa judicialmente. De acordo com a opinião dos nossos advogados externos, a possibilidade de perda é provável.

O processo nº 2008.34.00.000496-0 discute a aplicação de multa pelo CADE, no valor de R\$ 8.349, contra a Mantecorp, em razão de suposta formação de cartel dos laboratórios farmacêuticos para prejudicar a comercialização de medicamentos genéricos. De acordo com a opinião dos nossos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

São aproximadamente 195 processos, 54 decorreram da aquisição da Mabesa, 80 da Mantecorp Logística e 61 Mantecorp Indústria Química, onde o prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 17.230.

A Companhia figura ainda no polo passivo de Reclamatórias Trabalhistas, ajuizadas por prestadores de serviços da Mabesa (incorporada pela Companhia), nas quais os autores requerem o reconhecimento de vínculo empregatício e o consequente pagamento de verbas trabalhistas e respectivos reflexos. A perda possível de responsabilidade da Companhia estimada nestas Reclamatórias está avaliada em R\$ 2.310.

(iii) Fiscal e Tributária

São aproximadamente 330 processos, 146 decorreram da aquisição da Mabesa, 27 da Mantecorp Logística e 157 Mantecorp Indústria Química, onde os prognósticos de perda na combinação de negócios estão estimados em R\$ 104.895.

A Mantecorp foi questionada pela RFB acerca das compensações realizadas com base em liminar concedida nos autos do processo MS 2000.51.01.004617-1 em que se discute a ilegitimidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da PIS/COFINS. O valor de perda possível atualizado soma R\$ 27.676 e o processo se encontra em fase administrativa, com o débito garantido por Carta Fiança. A Companhia baixou R\$ 19.747 do risco associado ao Mandato de Segurança nº 2000.51.01.004617-1 em questão, em virtude da ocorrência de decadência tributária.

A Companhia obteve decisão final favorável no Processo Administrativo nºE-04/190.583/2009, referente a empresa adquirida Mantecorp, classificada como possível, no valor total de R\$ 3.988.

A Companhia optou por incluir 13 processos no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS – que totalizavam R\$ 12.759.

(iv) Regulatório

São aproximadamente 59 processos, de natureza regulatória, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química onde o prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 2.652.

b. Contingências possíveis – (Responsabilidade da Companhia e suas Controladas)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível
Trabalhista	54.255	36.877	103.980	62.154
Cível	22.099	11.612	22.552	12.056
Fiscal e Tributária	38.659	48.207	38.659	48.430
Administrativo/outras	2.561	1.938	2.964	2.279
	117.574	98.634	168.155	124.919

O valor da perda possível destes processos está estimado em R\$ 168.155, sendo R\$ 103.980 referentes a processos trabalhistas, R\$ 22.552 referente a processos cíveis, R\$ 38.659 referente a processos tributários e R\$ 2.964 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

A Companhia está em litígio judicial com concorrentes, onde se discute o registro de marcas no INPI, não possuindo contingência financeira apurável neste momento.

(i) Cível

O Ministério Público do Estado do Mato Grosso ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para fins de que as indústrias de medicamentos passem a produzir medicamentos fracionados, com fundamento na Lei 5.348/05, a qual autoriza a venda de medicamentos fracionados em farmácias. Em 11/09/2013 foi proferida sentença que julgou procedente a ação para condenar os réus a produzir de forma fracionada os medicamentos registrados na ANVISA com essa possibilidade. Foi interposto recurso de apelação. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

O Ministério Público Federal da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para a administração pública de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, também, a condenação dos laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos em montante a ser fixado pelo Juízo. Foi proferida decisão pelo Tribunal Regional Federal (TRF) para obrigar os réus a fornecer medicamentos para a administração pública, sempre que solicitados, com preço máximo de venda ao governo e aplicação do coeficiente de adequação de preço (CAP), sob pena de ser aplicada multa diária de R\$ 50. A Companhia apresentou contestação e recorreu da decisão do TRF. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

A Companhia e suas Controladas figuram em aproximadamente 1.396 processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia, suas Controladas e/ou sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou suas controladas está estimada em R\$ 103.980.

Nestes processos discutem-se horas extras, desconsideração do banco de horas, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos.

Destes processos trabalhistas, 80 decorrem da aquisição do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa), incorporado pela Companhia, e apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 3.976 e 141 decorrem da aquisição da, Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A, que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 20.605, nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e consequente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória.

A Companhia figura como investigada em Inquéritos Cíveis Públicos por meio dos quais (i) a Procuradoria Regional do Trabalho de Brasília investiga as alterações nos contratos de trabalho dos colaboradores transferidos da Mantecorp para a Companhia, (ii) a Procuradoria Regional do

Trabalho do Rio de Janeiro investiga a metodologia adotada pela Companhia para estabelecer metas de vendas relativas à área comercial, especificamente divisões Farmasa e DM e (iii) a Procuradoria Regional do Trabalho de São Paulo investiga o cumprimento da cota de menores aprendizes pela Companhia. Trata-se de procedimentos investigatórios a respeito dos quais não temos, neste momento, como estimar os valores envolvidos.

(iii) Tributário

A Companhia possui um auto de infração lavrado pela SEFAZ/SC (planta Itajaí) onde se discute a apropriação de créditos do ICMS em operação de retorno de mercadoria depositada em armazém de terceiros e de estorno de débitos do ICMS efetuados na escrita fiscal, no valor atualizado de R\$ 10.183. A decisão ainda está pendente de análise na esfera administrativa.

c. Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-acionistas – possíveis e prováveis:

A Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda provável e possível, nos casos em que são de responsabilidade dos sócios vendedores.

O Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2008 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$119.168 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de instrução.

A seguir, o resumo das contingências de prognósticos provável e possível de responsabilidade dos sócios vendedores:

Empresa e/ou marcas adquiridas	Possível	Provável	Total
Aprov	2.198	515	2.713
Bitufo	1.698	108	1.806
Ceil	27.362	1.078	28.440
Cosmed (Niasi) + Pom Pom	18.943	14.286	33.229
DM	10.585	3.053	13.638
Etti	169	651	820
Facilit	1.376	511	1.887
Farmasa	74.269	4.068	78.337
Inal	9.462	-	9.462
Luper	2.137	1.058	3.195
Mabesa	23.923	14.360	38.283
Mantecorp	119.862	-	119.862
Neo Química (Brainfarma)	24.616	10.033	34.649
Ny Looks	1.707	133	1.840
Sapeka	9.965	373	10.338
Sul Química	1.890	1.388	3.278
York	11.542	2.852	14.394
	341.704	54.467	396.171

32 Compromissos

Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de aluguéis, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	Consolidado
	2013
Menos de um ano	23.108
Mais de um ano e menos de cinco anos	39.267
Mais de cinco anos	25.886
	88.261

33 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread e o prazo de vencimento é de um ano.

Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e aluguéis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do grupo estão demonstradas abaixo:

- O contrato de aluguel com a TV Serra Dourada Ltda. é corrigido pelo IGPM – FGV, o prazo de vencimento é 28 de fevereiro de 2014.
- O contrato de aluguel com a Neo Marcas Indústria Farmacêutica e Alimentos e Participações Ltda. não tem previsão de atualização monetária e o prazo de vencimento é indeterminado.
- O contrato de aluguel com a Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A é corrigido pelo IGPM – FGV, o prazo de vencimento é 30 de abril de 2014.

Nos ativos e passivos

	Controladora					
	31/12/2013					
	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	My - Agência Propaganda Ltda.	Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica Ltda.	Embalagens Allbox Ltda.	Total
Clientes	1.473	2	456	-	-	1.931
Dividendos propostos a receber	-	-	7.697	-	-	7.697
Outros valores a receber	-	73	-	17	-	90
Mútuos	1.046	20	159	69	-	1.294
Fornecedores	(80.201)	-	(64.766)	-	-	(144.967)

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Títulos a pagar	(62.438)	-	(28.168)	-	-	(90.606)
Outros valores a pagar	(34.293)	-	(37.537)	-	-	(71.830)

Consolidado

	31/12/2013					
	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	My - Agência Propaganda Ltda.	Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica Ltda.	Embalagens Allbox Ltda.	Total
Cientes	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos a receber	-	-	-	-	-	-
Outros valores a receber	-	-	-	-	-	-
Mútuos	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	(8.477)	(8.477)
Títulos a pagar	-	-	-	-	-	-
Outros valores a pagar	-	-	-	-	-	-

Controladora

	31/12/2012						
	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	My - Agência Propaganda Ltda.	Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.	Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica Ltda.	Mantecorp Ind. Química Farmacêutica S.A.	IPH&C Ind. de Produtos de Higiene e Cosm. Ltda.	Total
Cientes	699	3	-	-	8	-	710
Dividendos propostos a receber	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores a receber	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo	1.413	4.299	-	39	-	3.223	8.974
Fornecedores	(65.057)	-	(45.301)	-	-	(140)	(110.498)
Títulos a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos	-	-	(414)	-	-	-	(414)
Outros valores a pagar	-	-	-	-	-	-	-

Consolidado

	31/12/2012						
	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	My - Agência Propaganda Ltda.	Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica Ltda.	Mantecorp Ind. Química Farmacêutica S.A.	IPH&C Ind. de Produtos de Higiene e Cosm. Ltda.	Total
Cientes	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos a receber	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores a receber	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Títulos a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores a pagar	-	-	-	-	-	-	-

No resultado do exercício

Controladora								
31/12/2013								
	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	My - Agência Propaganda Ltda.	TV Serra Dourada Ltda.	Neo Marcas Ind. Farm. e Alim. e Participações Ltda.	Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda	Universo Online S.A.	Total
Transações	(1.104.689)	-	-	-	(582.584)	-	-	(1.687.273)
Vendas de mercadorias/produto	11.433	-	-	-	11.141	-	-	22.574
Compras de mercadorias/produtos	(1.116.122)	-	-	-	(593.725)	-	-	(1.709.847)
Despesas/receitas Diversas	-	(1.800)	(10.763)	(960)	-	(63)	(69)	(13.655)
Publicidade	-	(1.800)	(10.241)	-	-	-	-	(12.041)
Aluguéis	-	-	(522)	(960)	-	-	-	(1.482)
Serviços Prestados	-	-	-	-	-	(63)	(69)	(132)
Juros s/ Mútuo	(473)	75	-	5	(236)	-	-	(629)
Despesas financeiras	(473)	-	-	-	(236)	-	-	(709)
Receitas financeiras	-	75	-	5	-	-	-	80

Consolidado									
31/12/2013									
	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	My - Agência Propaganda Ltda.	TV Serra Dourada Ltda.	Neo Marcas Ind. Farm. e Alim. e Participações Ltda.	Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.	Embalagens Allbox Ltda.	ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda	Universo Online S.A.	Total
Transações	-	-	-	-	-	(21.366)	-	-	(21.366)
Vendas de mercadorias/produto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compras de mercadorias/produtos/matéria prima	-	-	-	-	-	(21.366)	-	-	(21.366)
Despesas/receitas Diversas	-	-	(10.763)	(960)	-	-	(346)	(69)	(12.138)
Publicidade	-	-	(10.241)	-	-	-	-	-	(10.241)
Aluguéis	-	-	(522)	(960)	-	-	-	-	(1.482)
Serviços Prestados	-	-	-	-	-	-	(346)	(69)	(415)
Juros s/ Mútuo	-	-	-	5	-	-	-	-	5
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	-	-	-	5	-	-	-	-	5

Controladora							
31/12/2012							
	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	My - Agência Propaganda Ltda.	TV Serra Dourada Ltda.	Neo Marcas Ind. Farm. e Alim. e Participações Ltda.	Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.	IPH&C Ind. de Produtos de Higiene e Cosm. Ltda.	Total
Transações	(1.162.651)	(1.800)	-	-	(519.490)	(28.649)	(1.712.590)
Vendas de mercadorias/produto	-	-	-	-	-	-	-
Compras de mercadorias/produtos	(1.162.651)	(1.800)	-	-	(519.490)	(28.649)	(1.712.590)
Despesas/receitas Diversas	-	(1.650)	(6.950)	(960)	-	-	(9.560)
Publicidade	-	(1.650)	(6.501)	-	-	-	(8.151)
Aluguéis	-	-	(449)	(960)	-	-	(1.409)
Serviços Prestados	-	-	-	-	-	-	-
Juros s/ Mútuo	-	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-

	Consolidado					
	31/12/2012					
	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	My - Agência Propaganda Ltda.	TV Serra Dourada Ltda.	Neo Marcas Ind. Farm. e Alim. e Participações Ltda.	Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	IPH&C Ind. de Produtos de Higiene e Cosm. Ltda.
						Total
Transações	-	-	-	-	-	-
Vendas de mercadorias/produto	-	-	-	-	-	-
Compras de mercadorias/produtos	-	-	-	-	-	-
Despesas/receitas Diversas	-	-	-	-	-	-
Publicidade	-	-	-	-	-	-
Aluguéis	-	-	-	-	-	-
Serviços Prestados	-	-	-	-	-	-
Juros s/ Mútuo	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros dos comitês executivos. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários e outros benefícios de curto prazo	46.665	41.925	57.483	50.004
Honorários dos conselheiros	973	659	1.031	659
Pagamentos com base em ações	7.534	10.313	9.384	13.484
	<u>55.172</u>	<u>52.897</u>	<u>67.898</u>	<u>64.147</u>